MINISTÉRIO DA CULTURA

Inspecção-Geral das Actividades Culturais

Despacho (extracto) n.º 13 530/2005 (2.ª série). — Por despacho da Inspectora-Geral das Actividades Culturais de 6 de Junho de 2005:

João António Gracês de Almeida, cantoneiro de limpeza do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Lisboa — nomeado, na sequência de concurso interno geral de ingresso, motorista de ligeiros da carreira de motorista de ligeiros, do quadro de pessoal da Inspecção-Geral das Actividades Culturais, considerando-se exonerado do lugar que ocupa a partir da data da aceitação do cargo. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Junho de 2005. — A Inspectora-Geral, *Maria Paula Andrade*.

Instituto das Artes

Despacho (extracto) n.º 13 531/2005 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Abril de 2005 do director do Instituto das Artes:

José Luís Mendes da Maia, assessor principal do quadro de pessoal do ex-Instituto Português das Artes do Espectáculo — exonerado a seu pedido das funções de coordenador do Gabinete da Música, do Instituto das Artes, com efeitos à data do despacho.

Dulce Helena Salvado Brito, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do ex-Instituto Português das Artes do Espectáculo — nomeada coordenadora do Gabinete da Música, do Instituto das Artes, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 181/2003, de 16 de Agosto, e do previsto na alínea d) do n.º 1 do Despacho n.º 12/MC/04, de 26 de Março, do Ministro da Cultura, com efeitos à data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Maio de 2005. — O Director, *Paulo Cunha e Silva*.

Despacho (extracto) n.º 13 532/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Maio de 2005 da secretária-geral do Ministério da Cultura:

Jorge Martins Morais, motorista de ligeiros do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura — autorizada a requisição ao abrigo do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, pelo período de um ano, prorrogável, para o exercício de funções no Instituto das Artes, com efeitos a 2 de Maio de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Maio de 2005. — O Director, *Paulo Cunha e Silva*.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho n.º 13 533/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 18 de Maio de 2005:

Francisco Manuel Marques Chora, técnico de informática do grau 2, nível 2, do quadro de pessoal do Supremo Tribunal de Justiça — nomeado, precedendo concurso, para a categoria de técnico de informática do grau 3, nível 1, do grupo de pessoal de informática do quadro de pessoal do Supremo Tribunal de Justiça, com efeitos a partir de 18 de Maio de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Maio de 2005. — O Administrador, *Ricardo Campos Cunha*.

COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Despacho n.º 13 534/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, são aprovados os programas de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso na carreira de especialista de informática e nas categorias de técnico de informática do grau 1, do grau 2 e do grau 3, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal da Comissão Nacional de Protecção de Dados, constantes do anexo do presente despacho e do qual faz parte integrante.

31 de Maio de 2005. — O Presidente, *Luís Lingnau da Silveira*.

ANEXO

Programas de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso na carreira de especialista de informática e nas categorias de técnico de informática do grau 1, do grau 2 e do grau 3, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal da Comissão Nacional de Protecção de Dados.

I — Especialista de informática:

Os desafios da sociedade de informação;
Sistemas de informação para a gestão das organizações;
Metodologias e técnicas de desenvolvimento de sistemas;
Gestão e administração de sistemas, bases de dados e redes de comunicações;
Planeamento e gestão de projectos informáticos;
Privacidade, segurança e integridade de sistemas de informação;
Auditoria e qualidade em sistemas de informação.

II — Técnico de informática do grau 1, do grau 2 e do grau 3:

Os desafios da sociedade de informação;
Sistemas de informação para a gestão das organizações;
metodologias e técnicas de programação e testes;
Gestão e administração de aplicações em exploração;
Gestão e administração de sistemas, bases de dados e redes de comunicações;
Organização da informação.

A pormenorização e a delimitação dos temas e matérias constarão do respectivo aviso de abertura de concurso.

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho n.º 13 535/2005 (2.ª série). — Sob proposta do conselho científico, nos termos da deliberação n.º 17 do senado universitário, em sessão de 22 de Janeiro de 2003, e do despacho reitoral n.º 262/R/2003, que instituiu o curso de mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares na Universidade Aberta, adiante designado por mestrado, determino o seguinte para o curso de 2005-2007:

1 — O prazo de apresentação de candidaturas ao mestrado decorrerá de 1 a 17 de Setembro de 2005.

2 — O prazo para a confirmação da matrícula e inscrição no mestrado decorrerá de 11 a 20 de Outubro de 2005.

3 — O número de inscrições para o curso de especialização conducente ao mestrado é fixado no mínimo de 10 e máximo de 40.

3.1 — O número mínimo de inscrições para uma área científica funcionar é de cinco.

3.2 — O número mínimo de estudantes inscritos para o funcionamento em cada um dos locais é de 10.

4 — O número de vagas reservadas a candidatos oriundos de escolas do ensino superior é fixado em dois.

5 — A percentagem de vagas reservadas a entidades com protocolo com a Universidade Aberta é de quatro, segundo os termos definidos naquele.

6 — O mestrado funciona em regime de ensino presencial:

Em Lisboa, nas instalações da Universidade Aberta;
Em Coimbra (Delegação);
No Seixal, nas instalações da MUNDET.

6.1 — Os candidatos deverão indicar o local escolhido por ordem de preferência.

6.2 — A Universidade Aberta através de outro despacho proporciona também o funcionamento de um mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares em regime *online*.

7 — As actividades lectivas terão início em 27, 28 ou 29 de Outubro de 2005, consoante os locais onde esta se desenvolve.

8 — O mestrado é um curso de carácter formal e organiza-se no sistema de unidades de crédito e no sistema ECTS.

9 — A duração máxima é de dois anos, ocupando a parte curricular um ano e encontrando-se reservado um segundo ano para a preparação, orientação e apresentação da dissertação.

10 — O montante das propinas para este curso é de € 1600, assim distribuídos:

€ 500, no acto da matrícula (inclui a taxa de matrícula);
€ 400, na segunda prestação (até 31 de Janeiro de 2006);
€ 400, na terceira prestação (até 28 de Abril de 2006);
€ 300, na inscrição no 2.º ano (preparação da dissertação).

10.1 — Não haverá lugar a devolução, em caso de desistência.
11 — O júri de seriação dos candidatos é composto por:

Presidente — Doutor João Luís Cardoso.
Vogais efectivos:

Doutor Rui de Azevedo Teixeira.
Doutora Ana Paula Avelar.

Vogal suplente — Doutora Ana Nascimento Piedade.

12 — As informações sobre este mestrado poderão ser solicitadas ao Núcleo de Informações da Universidade Aberta, Rua da Imprensa Nacional, 100, 1250-127 Lisboa, telefone: 213916588; linhas azuis: 808200215/216/523, ou fax: 213970841, ou e-mail: infosac@univ-ab.pt ou www.univ-ab.pt/cursos/mestrados.

13 — Estrutura curricular:

Disciplina	Créditos ECTS	Modalidade
1.º ano:		
1.º semestre (Outubro a Março):		
Metodologia do Trabalho Científico.	10	Obrigatória.
História ou Literatura ou Linguística.	10	Obrigatória de especialidade.
História ou Literatura ou Linguística.	10	Obrigatória de especialidade.
2.º semestre (Março a Julho):		
História ou Literatura ou Linguística.	10	Obrigatória de especialidade.
História ou Literatura ou Linguística.	10	Opcional extra de especialidade.
História ou Literatura ou Linguística.	10	Opcional extra de especialidade.
Diploma de especialização:		
Seis disciplinas	60	Obrigatórias: quatro. Opcionais extra especialidade: duas.
2.º ano:		
Preparação da Dissertação . . .	60	Especialidade ou outra área.
Grau de mestre:		
Defesa da Dissertação	120	—

1 de Junho de 2005. — A Reitora, *Maria José Ferro Tavares*.

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Aviso n.º 6094/2005 (2.ª série). — *Referência CND-ClAG-34-DRH/2005.* — 1 — Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, se encontra aberto concurso interno de acesso geral, autorizado por despacho de 23 de Maio de 2005 da reitora da Universidade de Aveiro, para provimento de quatro lugares de técnico profissional principal, da área funcional de apoio à Reitoria, unidades e serviços, da carreira técnico-profissional, do quadro do pessoal não docente da Universidade de Aveiro, publicado pelo despacho n.º 12 009/99 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 144, de 23 de Junho de 1999, e alterado pelas deliberações do senado universitário n.ºs 866/2000, 1439/2000 e 1765/2003, publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 164, de 18 de Julho de 2000, 272, de 24 de Novembro de 2000, e 269, de 20 de Novembro de 2003, respectivamente.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para as vagas postas a concurso, caducando com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, 248/85, de 15 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, despacho n.º 12 009/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 144, de 23 de Junho de 1999, deliberações n.ºs 866/2000, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 164, de 18 de Julho de 2000, e 1439/2000, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 272, de 24 de Novembro de 2000, e deliberação do senado universitário n.º 1765/2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 269, de 20 de Novembro de 2003.

4 — Conteúdo funcional — compete ao técnico profissional principal (área de apoio à Reitoria, unidades e serviços) o exercício de funções de natureza executiva de aplicação técnica com base no conhecimento ou adaptação de métodos e processos enquadrados em directivas bem definidas na área de apoio à Reitoria, unidades e serviços.

5 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração a auferir será a correspondente ao escalão/índice previsto no mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

5.1 — Local de trabalho — o local de trabalho é na Universidade de Aveiro, em Aveiro.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão — podem candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, satisfazendo as condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, possuam o requisito de permanência de pelo menos três anos, classificados de *Bom*, na categoria de técnico profissional de 1.ª classe, conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

6.1 — A falta de classificação de serviço em número de anos igual ao do tempo de serviço exigido como condição especial de candidatura poderá ser suprida por adequada ponderação do currículo profissional do candidato, devendo o candidato requerer ao júri do concurso, no momento da apresentação da candidatura, a adequada ponderação do currículo profissional relativamente ao período que não foi objecto de avaliação.

7 — Composição do júri do concurso:

Presidente — Licenciada Maria da Graça Junqueiro de Matos Veiga, técnica superior de 2.ª classe da Universidade de Aveiro.
Vogais efectivos:

Licenciada Cidalina Martins da Costa, técnica superior de 2.ª classe da Universidade de Aveiro.
Bacharel Maria Clara Maia da Silva, técnica especialista principal da Universidade de Aveiro.

Vogais suplentes:

Bacharel Sandra Maria Martins Faria, técnica de 2.ª classe da Universidade de Aveiro.
Bacharel Ana Cristina Seródio Pereira, técnica de 2.ª classe da Universidade de Aveiro.

7.1 — Substituirá a presidente nas suas ausências, faltas e impedimentos a 1.ª vogal efectiva e nas ausências, faltas e impedimentos deste, a vogal nomeada imediatamente a seguir.

8 — A verificação dos requisitos de admissão e eventual exclusão de candidatos ao concurso obedecerá ao disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e designadamente ao estabelecido nos seus artigos 29.º a 35.º

9 — Métodos de selecção — serão utilizados os seguintes métodos de selecção:

- Avaliação curricular;
- Entrevista profissional de selecção.

9.1 — Avaliação curricular (AC) — visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, desde que devidamente comprovadas, com base na análise do respectivo currículo profissional, ponderando-se, de acordo com as exigências da função, a habilitação académica de base, a formação e a experiência profissionais na área para que é aberto o concurso e a classificação de serviço, sendo a valorização dos diversos factores expressa na escala de 0 a 20 valores, observadas as regras constantes do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.2 — Entrevista profissional de selecção (E) — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, em conformidade com o dis-